

TESSITURAS ENTRE PARTICIPAÇÃO JUVENIL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Fernanda Domingos da Silva

PPGE/IE/GPEA/UFMT

tukaowl@gmail.com

Esse trabalho tem por objetivo apresentar as tessituras teóricas existentes a respeito da participação juvenil ligada à Educação Ambiental (EA). A hipótese subjacente é a de que os grupos juvenis, independentemente de suas áreas de atuação, estão interligando as suas ações à EA, como forma de enfrentamento à crise socioambiental.

Apesar de vivermos em um mundo em crise, como assinalado por vários autores (JACOBI, 2003; LEROY & PACHECO, 2004; BOFF, 2010) a juventude atual tem sido estigmatizada como desinteressada e apática politicamente. Se em alguns momentos ela representa a virtude de um tempo, em outros é a sua decepção. Entretanto, não é essa última compreensão a que tenho encontrado nos jovens olhares das pessoas com as quais convivi nos espaços de militância ao longo da minha atuação no Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Cuiabá, que representa uma das bases de minha identidade, enquanto pesquisadora e militante, onde a militância me fez chegar às instâncias da pesquisa em educação ambiental e em educação.

Há oito anos, logo após ter ingressado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mais especificamente no curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, tive a oportunidade de ingressar em um grupo de jovens voluntários mobilizados pela temática socioambiental, denominado da época de Conselho Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso.

Os Conselhos, atualmente conhecidos como Coletivos Jovens (CJ), surgiram em 2003 de maneira induzida pelos Ministérios da Educação (MEC) e Meio Ambiente (MMA) com o objetivo de colaborarem para a realização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente (I CNIJMA). Essa Conferência mobilizou milhares de pessoas em todo o país, com o objetivo de que os jovens pudessem mostrar sua *práxis*¹ e desejos com relação ao meio ambiente.

¹Práxis é um conceito entendido aqui a partir de Paulo Freire (2005) que significa ação-reflexão.

Se inicialmente os CJ surgiram de maneira induzida, em seu caminhar desenvolveram identidades e desejos próprios, responsáveis por termos hoje no Brasil mais de 500 Coletivos atuantes em diferentes áreas. Com o avançar de nossos passos criamos também a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) que agrega diferentes CJ e grupos juvenis atuantes em prol do meio ambiente. Como um dos exemplos de atuação da REJUMA, atualmente ela possui uma cadeira no Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei N^o 9.795, de 27 de abril de 1999).

Cabe destacar, que se os CJ desenvolveram identidades próprias conforme as suas realidades, continuam interligados pelos três princípios nacionais; “Jovem escolhe jovem”; “jovem educa jovem”; e “uma geração aprende com a outra” e pela compreensão de socioambiente (onde as dimensões ambientais e sociais se articulam intrinsecamente, sendo impossível separá-las) que orienta suas ações em EA.

Em Mato Grosso, atualmente contamos com 10 grupos atuantes em diferentes localidades do Estado, com atividades que vão desde a realização de oficinas no interior das escolas, a colaboração no processo de Revisão da Lei Estadual de Educação Ambiental por meio da participação na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso (CIEA/MT) e à contribuição com a elaboração das Políticas Públicas estaduais de Juventude. Assim, por meio da minha atuação enquanto militante do CJ e ao longo do tempo em outras instâncias como a CIEA/MT, a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA) e também no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) pude conhecer diferentes grupos juvenis, mobilizados em diferentes áreas.

Conheci o GPEA por meio de minha militância, onde os caminhos do CJ e do Grupo Pesquisador vieram naturalmente a se entrelaçar. Por volta de 2006, graças ao ingresso de uma das integrantes do CJ no GPEA, eu e outros jovens integrantes da época passamos a ter acesso aos colóquios do GPEA. Naturalmente isso ocorreu devido à aquiescência da líder do Grupo, a prof^a Michèle Sato, que havia se tornado também a madrinha de nosso Coletivo. O apoio de Michèle e do GPEA foi fundamental para o CJ, que assim tinha seus anseios por conhecimentos nutridos e ao mesmo tempo encontrava reverberações no tocante a militância, vertente forte do GPEA, que fez com que ambos os grupos viessem a se apoiar em suas ações. Meu ingresso no GPEA ocorreu em 2009.

A força agregadora da EA, que move diferentes pessoas e grupos reside na esperança de que com ela poderemos colaborar para ressignificar os paradigmas de nossa sociedade, transpassada por crises de diferentes magnitudes, mas que em suas bases revelam quase sempre relações desiguais de forças entre os seres humanos entre si e com o meio ambiente, permeadas por injustiças ambientais.

É essa esperança na EA e no potencial de mobilização juvenil que move o desejo dessa pesquisa, cujo referencial metodológico utilizado foi o da pesquisa participante. Nesse tipo de pesquisa, de acordo com Carlos Rodrigues Brandão, é considerado que não há neutralidade científica e “todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber” (BRANDÃO, 2005, p. 261). Sua relevância reside no caráter relacional assumido pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa, onde o pesquisador frequentemente participa de um movimento ou grupo relacionado à sua investigação.

Em seu livro *Cuidar da Terra, Proteger a Vida, Como Evitar o Fim do Mundo* (2010), Leonardo Boff considera que a nossa cultura “dita moderna, capitalista, burguesa, ocidental e hoje globalizada, está em crise” (2010, p. 176). Essa crise estaria a se expressar nas “várias crises atuais que são todas expressões de uma única crise, a dos fundamentos” (2010, p. 176), cuja razão estaria na lógica do capitalismo, e o seu grande gargalo na questão ecológica (BOFF, 2010).

Dados claros a esse respeito são oferecidos pela Avaliação Ecológica do Milênio (AEM), realizada por uma plêiade de cientistas de todo o mundo e que apresenta que os seres humanos nos últimos 50 anos modificaram os ecossistemas mais rápida e extensivamente do que em qualquer outro intervalo de tempo equivalente na história humana (GPEA, 2010). Já as tantas vicissitudes sociais são velhas conhecidas, especialmente quanto aos casos dos vitimados de fome e por doenças relacionadas, mas cabe colocar que essas causas estão quase sempre relacionadas a fatores ambientais. Quanto a isso a AEM aponta que metade da população urbana Africana, Asiática, Latino-americana e Caribenha sofre de uma ou mais doenças relacionadas à água e saneamento impróprios. No planeta, cerca de 1,78 milhões de pessoas morrem ano após ano em virtude da água, saneamento e higiene inadequados.

Para Jacobi (2007, p. 56-57):

“Vive-se, no início do século XXI, uma emergência, que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos

pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. Uma crise do ser no mundo, que se manifesta em toda sua plenitude; nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas”.

É devido a fatores como esses que para Samyra Crespo as pessoas estariam começando a entender a realidade social à luz da questão ambiental (SAFATLE, 2006). De fato, como assevera Carvalho (2004, p. 1) a “questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana”.

Se a lógica do capital é capaz de levar ao esgotamento físico aqueles que a ela não tem acesso, assim como ao esgotamento do meio ambiente, ou *recursos naturais*, talvez seja essa a lógica responsável por um dos pensamentos do senso comum que considera os jovens como consumistas e individualistas. Além disso, os jovens têm sido estigmatizados como conservadores, alienados e apáticos, figurando não somente no senso comum, mas nos meios de comunicação e até mesmo em alguns espaços acadêmicos imagens negativas da atual geração (NOVAES; VITAL, 2006, p. 114).

Entretanto, para além desses preconceitos contra os jovens, esses comportamentos podem revelar como as pessoas estão reagindo (ou não) aos tempos em que vivemos, inclusive com uma transformação do próprio fazer político.

Para Hannah Arendt (apud CARVALHO & SAMPAIO, p. 195) a modernidade teria como uma de suas características proporcionar uma nova alienação do mundo, mundo do qual os jovens não estão descolados.

Para Isabel Carvalho (2001), o que estaria ocorrendo é uma transformação do fazer político. Segundo ela, o campo da ação política atualmente estaria menos polarizado pelo confronto de classes e em concordância com Arendt, estaria em um processo de redefinição de fronteiras, onde a “valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política” (CARVALHO, 2004 p. 3).

Para Carvalho, a possibilidade de uma transformação das maneiras pelas quais se compreende, vive e se faz política, pode ser um ponto de atração para as juventudes, que acenariam com novos percursos, “mas também com riscos para a própria esfera política” (CARVALHO, 2004, p. 19).

Somado a isso, a temática ambiental, já assinalada enquanto um novo espaço de expressão política, para Isabel Carvalho (2004) tem surgido como uma causa “com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político dos jovens no Brasil”. Além disso, Carvalho considera que “a valorização da natureza e a preocupação com o futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental”.

Isso pode ser observado através da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (INSTITUTO CIDADANIA, 2003), onde foram investigados jovens de 15 a 24 anos sobre diferentes aspectos, sendo um deles relativo a meio ambiente, onde 57% dos jovens gostariam de participar de grupos de defesa de meio ambiente.

Esses dados são também corroborados pela Carta Jovens Cuidando do Brasil (Deliberações da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente) na qual os jovens clamam pela valorização de espaços de participação através da criação de grupos de jovens nas escolas, Organizações Não Governamentais (ONG), e grêmios juvenis (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 293).

Além disso, Carvalho aponta a incorporação da temática ambiental por diferentes atores e grupos, sejam nomeadamente ecológicos ou não (CARVALHO, 2001, p. 1), assim como a articulação dos movimentos ecológicos a outros movimentos sociais, como os ligados a questões culturais, que devido aos tipos de reivindicação, perfil dos militantes, e maneiras de atuação, tem sido chamados de “novos movimentos sociais” (EVERS, 1985). Nesse sentido, Carvalho aponta que:

“No conjunto destes novos movimentos sociais, a temática ambiental, ao lado das questões de gênero, parece ter sido uma das que mais conseguiu penetrar na diversidade das lutas sociais nas últimas décadas e alcançar certa legitimidade em diferentes segmentos sociais; inclusive no âmbito das lutas populares e sindicais que, de certa forma, foram, em um determinado momento, o contraponto destes novos movimentos” (2004, p. 10).

Nesse contexto, a EA assume papel fundamental por representar uma base pela qual o meio ambiente pode ser refletido em sua integralidade, contribuindo para a ressignificação das práticas sociais. Em um caráter mais generalista, conforme assinalam Sorrentino e Portugal (2009, p. 2) “todo ato de preparação do indivíduo para se adaptar ao meio ambiente e/ou para conservá-lo, é uma ação de EA, mesmo sem receber esse nome”.

Cabe agora compreender mais a respeito dos próprios jovens, juventudes e movimentos juvenis.

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera como jovens o grupo de pessoas na faixa etária entre 15 a 24 anos. No Brasil a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) consideram como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos, com os seguintes subgrupos: 15 a 17 (jovem adolescente), 18 a 24 anos (jovem-jovem) e de 25 a 29 anos (jovem-adulto) (AQUINO, 2009, p. 29).

Essa ampliação para os 29 anos é uma tendência geral nos países que buscam instituir Políticas Públicas de Juventude (PPJ), sendo justificada pela maior expectativa de vida da população e pela maior dificuldade desta geração se inserir no mercado de trabalho. Porém, cabe destacar que não há um consenso sobre os limites etários capazes de definir a juventude, pois esta categoria se encontra em constante reconstrução histórica e social, variando conforme as culturas e mesmo no interior de uma mesma sociedade (AQUINO, 2009, p. 29).

Se não há consenso sobre os limites etários, tampouco há consenso sobre a própria definição de jovem e juventude. Em 2005 foi realizada uma pesquisa na lista de discussão da REJUMA e na lista da REMTEA onde se perguntou “o que é ser jovem?”. Não houve sequer uma resposta que considerasse jovem enquanto um período da existência (SATO, 2006, p. 3). De fato, é comum as pessoas relacionarem juventude a um *estado de espírito*.

Entretanto, para além de um estado de espírito, é na faixa etária das pessoas de 15 a 29 anos que se revelam as marcas mais fortes das injustiças sociais. Segundo dados apresentados no site da Presidência da República, o Brasil possui 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, entre os quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos. É nessa faixa etária que se encontram os piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade. Coadunando com a realidade nacional, em Cuiabá, segundo dados apresentados no jornal A Gazeta, um jovem morre a cada três dias, sendo que 90% das vítimas têm entre 15 e 24 anos (NOGUEIRA, 2011, p. 1B). Esses dados, portanto, justificam a necessidade de políticas públicas específicas voltadas a essa faixa etária, as PPJ.

Nesse contexto de constante reconstrução, a expressão “juventudes” figura-se como maneira de compreender que para além do fato de comporem um grupo etário comum, os

jovens encontram-se em situações diferenciadas conforme as diversas situações socioambientais, econômicas e culturais que vivenciam (AQUINO, 2009, p. 31).

Para Novaes (2009, p. 19), o desenho de PPJ deve ocorrer por meio de programas e ações plurais, para que realmente possa vingar.

Se a significação do “ser jovem” é um ato social e, portanto histórico, cabe vislumbrar um pouco desse viés, o que ajudará também a compreender os pré-conceitos atuais sobre jovens.

A juventude seria uma configuração própria da experiência moderna, graças à instituição da escola no século XIX como definitivamente obrigatória e universal (FURET; OZOUF, 1977, apud PERALVA, 2007, p. 14). “Nesse momento, mais do que nunca, a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna” e assim a escolarização supõe a separação dos seres adultos e dos seres em formação. Antes disso a socialização do conhecimento ocorria por meio do aprendizado comum, onde havia a mistura e indiferenciação dos grupos etários (ARIÉS, 1973, apud PERALVA, 2007, p. 14).

No mundo contemporâneo a juventude inscreveu-se a partir de duas abordagens principais. Uma dessas abordagens é a “via dos problemas” associados aos jovens, como delinquência, vício em drogas, etc., que exigiriam medidas de enfrentamento. A outra abordagem, se refere à juventude como fase de preparação para a vida adulta, o que exigiria o esforço da família e da escola para que esses jovens sejam adultos socialmente ajustados e produtivos. Assim, os problemas juvenis tendem a ser compreendidos como desvios do processo de socialização (AQUINO, 2009, p. 25).

No Brasil, a percepção sobre os jovens tem variado muito. Helena Abramo (2007, p. 77) faz um interessante histórico da percepção sobre as juventudes ao longo das décadas de 30 a 90, onde considera que mesmo com atuação intensa da juventude estudantil, (principalmente nesse período) havia sempre uma certa ressalva quanto às suas ações.

Entretanto, o enfraquecimento desses atores estudantis fez com que as suas formas de atuação, antes consideradas suspeitas, fossem erigidas como modelos ideais de atuação. É assim que todas as outras manifestações juvenis têm aparecido como desqualificadas para política (ABRAMO, 2007, p. 77).

Nos anos 90, de acordo com Abramo, a juventude tem suas ações associadas ao individualismo, fragmentação e mais do que nunca à violência. Ou seja, como encarnação de todos os dilemas que a própria sociedade tem enfrentado (ABRAMO, 2007, p. 83-84). É graças à mobilização política e social dos próprios jovens que a sua compreensão na sociedade tem mudado para sujeitos de direitos, definidos não mais “*por suas incompletudes ou desvios*, mas por suas especificidades e necessidades, que passam a ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas” (ABRAMO, 2005, p. 22).

Michèle Sato acredita que o isolamento não é característica das juventudes, mas da sociedade como um todo, que coadunou com o projeto neoliberal da competição e da atomização generalizada. A fragmentação social enfraqueceu os jovens, os intelectuais orgânicos, os sindicatos e demais movimentos sociais, dando um ar de apatia generalizada. Segundo ela, uma larga porcentagem de brasileiros nunca assinou um abaixo-assinado, nunca foi num ato público, nunca participou de reunião de voluntários e nem sabe o significado da militância. Seria injusto, desta maneira, atribuir a fragmentação e o isolamento somente aos jovens, que longe de ser uma ilha isolada, faz parte de um continente em crise (SATO, 2011).

Os movimentos juvenis, além de sua função externa quanto a participação organizada dos jovens na sociedade, possuem uma função interna de socialização dos seus membros, que a posteriori contribui para a socialização dos mesmos em instâncias colegiadas de decisões públicas, como em conselhos.

Sobre essa função interna, Gonçalves e Jacobi (2010, p. 6) consideram que:

“Os grupos ambientalistas juvenis também atuam como espaços/estruturas educadoras. Estes grupos criam “*comunidades aprendentes*” que vivenciam os ensinamentos da **educação popular**. Favorecem a prática do diálogo (processo dialógico), valorizam a experiência de vida de cada um (processo histórico) e desenvolvem a capacidade de problematizar a realidade e inspirar práticas individuais e coletivas orientadas para a transformação cultural (processo político e participativo)” (BRANDÃO, 2005; FREIRE, 2006).

Essas mesmas considerações podem ser extrapoladas para os grupos juvenis em geral. Portanto, os grupos funcionam como instâncias de educação popular, por isso é importante reconhecê-los e fortalecê-los, considerando a sua importância para a promoção da sustentabilidade (2010, p. 4). Sobre a função externa Gonçalves e Jacobi (2010, p.12) argumentam que os grupos funcionam como espaços privilegiados de permuta e de desenvolvimento de conhecimentos que fornecem as bases para uma identidade coletiva, de

grupos juvenis, ampliando os seus potenciais de participação nos espaços organizados da sociedade como Conselhos, Fóruns, Redes, Comitês, entre outros.

Nesse contexto, cabe destacar que entre as proposições realizadas pelos jovens participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude para o tema Meio Ambiente (CASTRO & ABROMOVAY, 2009, p. 88), está o pedido de que sejam criados e ampliados assentos para juventude, com a garantia do direito a voto em todos os conselhos, comitês, órgãos de fiscalização, deliberação e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento, nas três esferas. Portanto, isso revela a importância dos grupos para a socialização externa dos jovens, já que a participação nessas instâncias geralmente se dá a partir da participação em um grupo. Ao mesmo tempo, revela também o interesse de diferentes grupos pela temática ambiental.

Para Melucci (2007, p. 36): “Quando a democracia for capaz de garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas, a separação será menos provável e movimentos juvenis poderão tornar-se importantes atores na inovação política e social da sociedade contemporânea”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Juventude e Contemporaneidade**. FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em < <http://stoa.usp.br/alex/files/1/8983/juventudecontemporaneidade.pdf#page=70>>

AQUINO, Luseni Maria C. A juventude como foco das políticas públicas. In: **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). Brasília: Ipea, 2009. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>>

BOFF, Leonardo. **Cuidar da Terra, Proteger a Vida. Como evitar o fim do mundo**. Editora Record, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. In: FERRARO JR, Luiz Antônio (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (res) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

p. 257 – 266. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>>.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Educação: Teoria e Prática** - vol. 9, nº 16, jan.- jun. 2001 e nº 17, jul. – dez. 2001, p. 46-56.

_____. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; SAMPAIO, Gabriela. Hannah Arendt: natureza, história e ação humana. In: **Pensar o Ambiente: Bases Filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 191 – 205.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando Mitos, Juventude, Participação e Políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Resumo Executivo. Brasília, 2009.

EVERS, Tilman. Identity: The Hidden Side of New Social Movements in Latin America. In: SLATER, David (ed): **New Social Movements and the State in Latin America**. Amsterdam: CEDLA, 1985. p. 43-71

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Gráfica Paz e Terra. 2005. 213p.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GONÇALVES, Paulo Marco de Campos; Jacobi, Pedro Roberto. **Grupos Ambientalistas Juvenis nos anos 2000: Aprendizagem, Sociabilidade e Ação**. V Encontro Nacional da Anppas 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis - SC – Brasil.

GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E ARTE (GPEA). **Avaliação Ecológica do Milênio**. Fascículos Pedagógicos, grupo dos Jovens. 2010. Disponível em <http://icaracol.org.br/docs/Fasc_milenio_jovens.pdf>

INSTITUTO CIDADANIA. **Perfil da Juventude Brasileira**. 2003. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/juventude.pps>>

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003.

_____. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. In: **Pesquisa em Educação Ambiental**. UFSCar - São Carlos e Sorocaba, UNESP – Rio Claro e USP – Ribeirão Preto. v. 2, n. 2, p. 49-65, jul./dez, 2007.

LEROY, Jean-Pierre; PACHECO, Tania. **Dilemas de uma educação em tempo de crise**. Agosto 2004.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Juventude e Contemporaneidade**. FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em < <http://stoa.usp.br/alex/files/-1/8983/juventudecontemporaneidade.pdf#page=70>>

NOGUEIRA, Gláucio. Violência em Cuiabá: Um jovem morre a cada três dias. A **GAZETA**. Cuiabá, 3 de out. 2011. p. 1B. Disponível em < <http://www.gazetadigital.com.br/pdf/m10a11/g0301c-b.pdf>>

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: **Associando-se à juventude para construir o futuro**/ THOMPSON, Andrés A. (org.), São Paulo: Peirópolis, 2006.

PERALVA, Angelina. O Jovem como Modelo Cultural. In: **Juventude e Contemporaneidade**. FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em < <http://stoa.usp.br/alex/files/-1/8983/juventudecontemporaneidade.pdf#page=70>>

SAFATLE, Amália. A nova face do movimento ambientalista. 2006. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1266844-EI6780,00-A+nova+face+do+movimento+ambientalista.html>>

SATO, Michèle. **Jovens transbordantes em mundos suspensos**. In: GHEDIN, E.; GONZAGA, A.; BORGES, H. (Orgs.) Currículo e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Memvavmem, 2006, p.26-38.

_____. **Juventudes e movimentos sociais**. Cuiabá: Colóquios GPEA, PPGE-UFMT, 2011 [comunicação oral].

SORRENTINO, Marcos *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>

SORRENTINO, Marcos; PORTUGAL, Simone. **Educação Ambiental: a emergência de um novo conceito e a necessidade de políticas públicas**.